


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006739-93.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Marilena de Carvalho Uller**
 Requerido: **Claro S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que se dirigiu a uma loja da ré com o objetivo de adquirir um telefone celular e que lá lhe foi oferecido um plano que contemplava também determinado aparelho.

Alegou ainda que aceitou tal contratação, mas posteriormente o aparelho apresentou diversos problemas de funcionamento.

Como a situação não foi resolvida, almeja à rescisão do contrato e ao ressarcimento dos danos morais que suportou.

A questão central que se coloca nos autos consiste em saber se o produto adquirido pela autora funciona de maneira adequada ou não.

A petição inicial não foi instruída com um só dado que conferisse verossimilhança à explicação lá contida e ao longo do feito a autora não produziu prova que militasse em seu favor.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Diante disso, foi determinada a expedição de mandado de constatação para verificação do problema posto (fl. 64, item 3), ao que sobreveio a certidão de fl. 69.

Nela, o Oficial de Justiça encarregado da diligência apurou que o aparelho em pauta está funcionando, queixando-se a autora da durabilidade da carga da bateria e de sons estranhos em ligações que realiza.

Foi na sequência efetuada ligação local com o aparelho, a qual transcorreu dentro de absoluta normalidade.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da postulação vestibular porque em momento algum foi coligida indicação que respaldasse a versão da autora.

O mau funcionamento do aparelho adquirido junto à ré e os problemas havidos em ligações ficaram circunscritos ao relato da autora sem que nada os confirmasse.

Inexiste, pois, motivo para a rescisão do contrato e muito menos lastro para a ideia de que a ré tivesse incorrido em ato ilícito que rendesse ensejo a danos morais passíveis de reparação.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 03 de outubro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**